



DOSSIÊ - AS OPOSIÇÕES POLÍTICAS NOS PALOP: FORMAÇÃO, EVOLUÇÃO E PERSPETIVAS

Apresentação

Presentation

Presentación

Augusto Nascimento¹

orcid.org/0000-0002-1870-1986
augusto.naschi@edu.ulisboa.pt

Luca Bussotti²

orcid.org/0000-0002-1720-3571
labronicus@gmail.com

Recebido em: 24 jul. 2024.

Aprovado em: 24 jul. 2024.

Publicado em: 21 nov. 2024.

Resumo: Apresentação do dossiê "Oposições políticas nos PALOP: uma análise de trajetórias e desafios democráticos".

Palavras-chave: PALOP; política; partidos; oposições.

Abstract: Presentation to the dossier "Political oppositions in the PALOP countries: formation, evolution and perspectives".

Keywords: PALOP; politics; parties; oppositions.

Resumen: Presentación del dossier "Oposiciones políticas en los PALOP: formación, evolución y perspectivas".

Palabras clave: PALOP; política; partidos; oposiciones.

A tendência para subjugar as sociedades à unicidade da vontade e do mando dos líderes, ou chefes, que foi prevalecendo após as independências em África, pareceu revertida pela vaga democratizante dos anos 90. Porém, atualmente, essa propensão insinua-se nas recidivas autoritárias. As proclamações ideológicas são menos exuberantes do que há décadas, mas o papel das oposições decerto é considerado dispensável e um escolho ao desenvolvimento dos Estados africanos, diga-se, frequentemente avassalados desde há anos a hegemonias políticas corrosivas das instituições e destrutivas dos laços sociais.

Ainda não se afirma a dispensabilidade das oposições, conquanto se possa inferir que em certas democracias "puramente africanas" não haja espaço para quaisquer empecilhos ao mando. O Ruanda e o seu líder, Paul Kagame, eleito nas últimas eleições com 99% dos votos válidos, representa um dos muitos exemplos em que o exercício democrático foi de fato banido e as oposições aniquiladas. Segundo o índice V-Dem, Eritreia e Essuatíni são os países africanos menos democráticos, ao passo que o mais democrático é um dos países de língua oficial portuguesa, Cabo Verde. Entre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), Cabo Verde e São Tomé e Príncipe ocupam duas das cinco melhores posições do índice V-Dem, a Guiné-Bissau ocupa o 24º lugar e Moçambique e Angola, respetivamente, o 29º e o 30º lugar entre 57 países (V-Dem [...], 2024).



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

² Universidade Técnica de Moçambique, Maputo, Moçambique.

Nos dois arquipélagos existe alternância no poder. Contudo, São Tomé e Príncipe tem atravessado, ao longo dos últimos anos, uma crescente instabilidade, com golpes efetivos ou supostos, enquanto medra uma cultura política que, historicamente, esteve longe da percepções da larga maioria da população. Em resultado, tudo desagua numa democracia pouco inclusiva (Nascimento, 2015).

Ademais, em pelo menos dois dos cinco PALOP parecem registrar-se recuos significativos: na Guiné-Bissau o presidente Embaló está a fazer de tudo para se manter no poder, evitando convocar eleições presidenciais, previstas para o fim de 2024: dissolveu o parlamento, formou um executivo de iniciativa presidencial, quando um partido, de momento remetido para a oposição, a coalizão PAI-Terra Ranka, ganhou as eleições legislativas de 2023 com a maioria absoluta; finalmente, o presidente estabeleceu uma nova data, 24 de novembro de 2024, para eleições legislativas antecipadas, adiando *sine die* as presidenciais, das quais, provavelmente, iria sair derrotado. Bucar Touré, presidente da Liga Guineense para os Direitos Humanos, tem sublinhado que o país encetou um caminho de desmantelamento do Estado de Direito, assumindo o autoritarismo como seu marco político identitário (2023: um ano [...], 2023).

Já em Moçambique, as dificuldades dos dois maiores partidos (Frelimo e Renamo) têm-se repercutido em pressões sobre as instituições de controlo (principalmente a Comissão Nacional Eleitoral, mas também o próprio Conselho Constitucional) quanto à confirmação de resultados das autárquicas de 2023, que a *vox populi* atribui a manipulações. A pressão e a desconfiança persistem no presente momento de preparação das eleições gerais de outubro de 2024. Neste caso, também as bases do Estado de Direito³ estão sendo minadas, sem nenhuma solução

à vista. A ideia de uma "transição inversa" está ganhando cada vez mais espaço, segundo um caminho que está levando a jovem democracia moçambicana a um autoritarismo de fato, onde as oposições devem ser aniquiladas, e não derrotadas mediante processos eleitorais transparentes e justos (Bussotti, 2023).

Logo, o papel das oposições nos PALOP, se, por um lado, é fundamental, como em todas as democracias do mundo, por outro, está sendo ameaçado de várias formas e perspectivas. Por isso, neste dossiê revisitam-se situações do quadro democrático nos PALOP⁴, das quais talvez cumpra realçar a frequente tentativa de neutralização dos opositores, evidenciando a tentação do esvaziamento das oposições e, portanto, de um efetivo fim da competição livre e aberta e da eventual alternância no poder.

Como sucedido, mormente sob o colonialismo de países não ditatoriais, a atual oposição aos poderes não se resume aos partidos políticos. A contestação política plural – em instituições ou na rua, em nome de causas particulares ou mais abrangentes – constitui, ela mesma, um óbice a derivas totalitárias, conquanto não seja evidente, longe disso, que as possa conter ou evitar. Em todo o caso, e sem prejuízo das várias formas de ação política, falar das oposições significa falar dos partidos, as instituições que, de momento, parecem as únicas tituladas para carrear mudanças políticas conformes, ao menos na aparência, à vontade dos cidadãos. Mudanças que, sobretudo nos dois países principais dos PALOP, Angola e Moçambique, ainda não se verificaram.

Assim, com base no pressuposto das vantagens da livre escolha dos governantes e, ao menos circunstancialmente, da alternância no poder, pergunta-se: qual a possibilidade de vitória para as oposições nos PALOP? E que tipo de Estado de Direito está sendo implementado nestes países?

³ "Não surpreende que a desconfiança, por nós assinalada, tenha gerado uma situação inédita de caos e de protestos em todo o país, protagonizados pela nova oposição representada por Venâncio Mondlane e o partido Podemos."

⁴ Não concorre para esta delimitação nenhum veio paternalista, essencialista ou redutor. Trata-se de mobilizar trabalhos a partir do histórico de vivências e de conhecimentos e da maior facilidade de compreensão e explicação de processos para o entendimento dos quais a fluência linguística pode representar um ganho adicional na acuidade interpretativa.

São bastas as qualificações dos regimes ditos democráticos. Em Angola, vigora o autoritarismo competitivo, aqui e além beliscado por variegadas formas de atividade oposicionista⁵. Diverso de uma ampla e incontestada democracia, o ambiente político é, apesar de sinais contraditórios, de recidiva do autoritarismo e, em consequência, de fraca capacidade de os opositores alcançarem o poder, como, aliás, é referido num dos textos sobre a UNITA.

Desde o colonialismo, sob vários regimes, por vezes as repercussões internacionais de atos de militância pesaram nas governações. No texto **“A ação política da UNITA em Portugal em oposição ao governo angolano formado pelo MPLA (1976-1988)”**⁶ foca-se a atividade diplomática da UNITA em Portugal. Essa atividade militante em Portugal conheceu bastas dificuldades por força do reconhecimento por Portugal do governo do MPLA. Por entre escolhos, essa ação diplomática alargou-se de altas figuras do Estado português para o espectro partidário, implicitamente amparado por segmentos sociedade portuguesa, nos quais, ao tempo, ainda ressoavam ressentimento e saudosismo, além de um sentimento de revanche com a condenação da via comunizante, presumidamente corporizada na governação do MPLA.

Como é dito, a segunda metade da década de 1980 foi, algo paradoxalmente, um período profícuo para a atividade diplomática em Lisboa, onde a UNITA consolidou a sua rede de contactos. Na verdade, para os finais da década de 1980, o governo português distanciava-se, ao menos aparentemente, do receio que parecera manifestar em meados dessa década, quando Angola e, até, São Tomé e Príncipe ameaçavam com retrocessos nas relações diplomáticas com a antiga metrópole colonial.

Essa ação foi certamente pouco relevante para a evolução no devastador teatro de guerra – em parte, alimentada pela ajuda internacional, dir-se-ia irrepetível – em que o novo país se tornou até a morte de Jonas Savimbi⁷.

Terá Eduardo dos Santos pensado que, além da paz, teria conseguido a neutralização da UNITA, cujos comandantes, fardados a rigor, estiveram dias depois numa cerimónia de reconciliação nacional. Ora, como nos é dito em **“Hóspede é uma nuvem, passa, mas eu não sou uma nuvem, fico”**: a estratégia de reabilitação da UNITA na política de reconciliação nacional em Angola após 2017⁸, a UNITA constitui um caso impressionante.

A etnicidade entre os seus elementos – diga-se, ultrapassada por largo nas votações – e o peso dos militares – porventura, não muito distinto do que ocorre no MPLA – afiguram-se iam dois constrangimentos que, contudo, vieram a ser ultrapassados pelos líderes que vincaram uma faceta institucional contra o passado de guerra – através da competição democrática no seu seio – e uma dimensão nacional que infirma a associação da UNITA aos Ovimbundu...

A declaração da fundação e dos propósitos de emancipação de Angola constitui-se como um referente para a UNITA no presente, decerto para a sua atuação e, evidentemente, para o juízo pelo qual se quer avaliada.

Uma das questões desafiantes que emana deste artigo é a do desequilíbrio de posições na competição partidária, dada a morte de Savimbi⁹, a que acresce a noção de uma integração política imperfeita decorrente dessa morte, na perspetiva da UNITA. Esta formação partidária sente-se injustiçada ao ter de expiar pela guerra, conforme quer à narrativa oficial, quer aos termos da paz do vencedor no tocante à distribuição

⁵ As últimas eleições constituíram um golpe inimaginável para o MPLA. A derrota em Luanda, onde o MPLA proclamou a “sua” a independência de Angola, terá constituído um rude golpe para o MPLA.

⁶ Texto de Domingos Marcos Cúnua Alberto e Riccardo Marchi.

⁷ No dia da morte de Savimbi, a intuição levou a população de Luanda a festejar o facto e, talvez sobretudo, o fim da guerra.

⁸ Texto de Ana Lúcia Sá e Cláudia Generoso de Almeida.

⁹ A título especulativo, é interessante que a reabilitação da UNITA passe por lembrar o seu líder, que, em vida, estava de longe de ser uma figura consensual. Entrementes, parece fazer caminho a ideia de recuperar Savimbi. Se os elementos da UNITA se podem lamentar da morte do líder, não deixa de assomar a questão de saber se não é mais útil à UNITA o “martírio” de Savimbi, recordado por parte dos seus compatriotas pelo seu comportamento atrabiliário, mormente na campanha eleitoral de 1992.

desigual de poder e de recursos¹⁰. Contra isso, a UNITA celebra o seu passado e a sua figura maior, Jonas Savimbi, e o respetivo contributo para a Angola independente¹¹ e democrática¹². A UNITA apostou na reabilitação do seu passado, como parte de uma libertação nacional, também contra a intrusão russo-cubana na África-austral.

Num certo sentido, a UNITA contesta as intenções de reconciliação do MPLA ao questionar a razão da omissão das efígies de Jonas Savimbi e de Holden Roberto, que deviam figurar, como ocorre com a de Agostinho Neto, nas novas notas de Kwanza.

Outra pergunta diz respeito ao mérito enquanto oposição ou ao demérito do governo. Evidentemente, a UNITA parece lograr o que outros agrupamentos políticos não conseguem, o que talvez se explique pela adoção de práticas democráticas por um partido originalmente armado e por isso capaz de ter força. Tal torna única a UNITA, eventualmente pelas adesões que concita. Assim, procura a sua afirmação política com vista à conquista de poder, algo de inconcebível há décadas.

Em síntese, a UNITA tem retocado o seu passado com uma atuação no presente que se distingue da destrutiva beligerância pregressa, ainda que evocada para realçar a luta pela independência nacional.

Mudando o foco para ulteriores dissonâncias na sociedade, no texto **"Dos 'REVÚS' ao 'MUDI': movimentos ativistas e o processo de redemocratização em Angola (1990-2022)"**¹³ pondera-se que a Primavera Árabe pareceu sinalizar a mudança política no continente africano. Independentemente de contextos políticos, a predisposição política da juventude pareceu ser um dado a considerar no rumo político dos Estados africanos.

Em Angola, para alguns grupos, mesmo se

marginais, a noção de democracia tornou-se mais exigente do que a mera competição partidária aquando das eleições, saída dos acordos bipartidários, com os quais o MPLA tem conseguido manter uma hegemonia durante anos quase incontestável.

O desempenho económico, em muito dependente das receitas do petróleo, não deixa de assinalar limites à abertura política, insuficiente para contestar a hegemonia do partido incumbente. Por isso, conforme à perspectiva de vários autores, é questionada a validade da expressão 'transição política', preferindo-se, em seu detrimento, as expressões de 'reconversão' ou de 'recomposição' do poder.

A hegemonia política e manutenção do poder nas mãos do MPLA também passou pela criação de uma sociedade civil "fantoche", composta de associações que defendiam os interesses do regime e expressavam um falso pluralismo democrático.

No sentido diverso pretenderam ir os ativismos. O texto descreve as militâncias oposicionistas empenhadas no cumprimento do preceituado legalmente (a situação não é tão distinta do colonialismo, quando colonizados reivindicavam a aplicação plena das leis civis portuguesas que lhes confeririam direitos) sob as governações de Eduardo dos Santos e de João Lourenço, apesar da maior abertura à expressão do descontentamento no período de governação deste último, que também pareceu apostar na reconciliação nacional.

Não se saberia dizer se foi a falta de tradições democráticas que impediu a emergência de organizações da sociedade civil, se a hegemonia tutelar do Estado, mesmo se formalmente democrático, sobre a sociedade. De qualquer modo, como se assinala, esse associativismo militante e heterodoxo surgiu nos anos 90. Porém,

¹⁰ Ocorre lembrar que a questão problemática para a UNITA é a de que a paz, mesmo se imperfeita e desigual, resultou dessa morte, conforme a intuição generalizada desde o primeiro momento.

¹¹ Será muito difícil obliterar os pactos feitos entre a UNITA e as autoridades coloniais, dos quais, todavia, se pode ter uma visão racional e pragmática e, nem por isso, menos nacionalista. Também do ponto de vista comparativo, vale a pena lembrar que nenhum movimento angolano conseguira vitórias significativas, ao invés do sucedido em Moçambique e, em particular, na Guiné.

¹² Evidentemente, cumpre duvidar de tal promessa. Aliás, registre-se uma pergunta ociosa e especulativa, conquanto forçosa por não se poder avaliar as palavras pelo valor facial: que haverá a esperar da UNITA se esta ou quando esta chegar ao poder? Manterá a fidelidade aos princípios democráticos ou ensaiará uma tentativa de neutralização política do adversário?

¹³ Texto de Livia Diana Rocha Magalhães, Oliveira Adão Miguel e Washington Santos Nascimento.

a capacidade de influência política permaneceu marginal, porquanto a luta política para a conquista do Estado pareceu sempre mais decisiva...

Vejam os novos movimentos de contestação podem denunciar os problemas da esmagadora maioria da população e, ainda assim, não a representarem. Ou, de outra perspectiva, essa maioria da população, assoberbada por dificuldades diárias que lhe sugam a vida, pode não se sentir representada nem aderir por não adivinhar nesses movimentos capacidade de tomar o poder ou de, no limite, alterar padrões de governação.

Não é inconcebível supor-se situações em que, independentemente da eventual rotação de governantes, a população não esperará senão que todos reproduzam o que parece típico do exercício do poder, que têm por reconhecida-mente assimétrico e amiúde prepotente, quando não tirânico.

Num certo sentido, este fechamento de horizontes seria uma espécie de corolário da construção do poder pós-independências, qual vademécum por que se guiariam os sucessivos governantes independentemente de bandeiras ideológicas e promessas políticas

De braço dado com a concentração de poderes – não apenas na cúpula do Estado, como na arquitetura de poderes locais ou regionais¹⁴ – o autoritarismo, de uma forma ou outra esmagador das oposições, garantiria o poder... Contudo, é divisivo e não apenas impedirá a reconciliação relativa a lutas passadas, como agravará a acrimónia e a clivagem entre os cidadãos de cada país.

Mesmo que se relativize a ideia de os países africanos terem sido forçados a aderir à democracia liberal e ao liberalismo económico, a ideia de um caminho percorrido a contragosto talvez se aplique com propriedade à Guiné-Bissau,

um dos três países, onde não existiu guerra no pós-independência, mas que só veio a realizar as eleições em 1994, ganhas pelo PAIGC e por Nino Vieira.

No texto **“Os partidos políticos e a oposição política na Guiné-Bissau”**¹⁵ considera-se terem existido dois tipos de oposição, um ligado à sociedade e externo ao PAIGC e outro que brotou das supervenientes clivagens neste partido hegemónico¹⁶. A tal soma-se a (frequente) criação de partidos¹⁷.

Amiúde, as agremiações partidárias aliam-se às forças de defesa e segurança para desestabilizar governos constitucionalmente eleitos, visando conquistar o poder. Esse tipo de conduta tem sustentado a crise e a indefinição política e institucional da Guiné-Bissau, constituindo motivo de recorrentes golpes de Estado na história do país. Conforme se opina, a oposição também contribuiu para o retrocesso do processo democrático na Guiné-Bissau, por se empenhar nas violações da ordem constitucional e se alhear do cumprimento das regras democráticas. Em todo o caso, anote-se, a turbulência política advém também do (sumariamente descrito) papel dos presidentes que induzem arranjos políticos em prejuízo de soluções mais conformes à representatividade dos partidos.

Com efeito, os presidentes têm-se constituído como opositores das soluções parlamentares. Com isso, se não pulverizam, ao menos paralisam as oposições políticas. Num certo sentido, a sua conduta resolve o que, noutras latitudes, tem sido referido como dilemático e, mais, inapropriado para África, a saber, a democracia, útil para a discussão, constitui um entrave à governação.

Na Guiné-Bissau, como noutros Estados, as instituições parecem ser facilmente arredadas ou

¹⁴ É particularmente flagrante o caso das autarquias em Angola. Sucessivamente anunciadas, as eleições autárquicas nunca se realizaram, o que não só tem reflexos na partilha da condição da cidadania, como decanta uma caracterização do exercício do poder que, se num momento, alardeia a sua extensão, num outro poderá concitar ódios.

¹⁵ Texto de Alfredo Alejandro Gugliano e Luizinho Jorge Cá.

¹⁶ Este partido veio a ser derrotado pela alteração do ambiente político, pautado pela permanente renovação das formações partidárias, sob a batuta de figurantes capazes de capturar ou de sujeitar as “massas”. Em parte, tal deriva da defeção de elementos seus, que se passam para a esfera dos mandantes. Assim, apesar da maioria de mandatos em várias eleições, o PAIGC tem vindo a ser arredado do exercício do poder.

¹⁷ Diferentemente do opinado no artigo, registariamos que as dissidências não crescem por causa do aumento e renovação de formações partidárias. Diversamente, o aumento de partidos é que derivará tanto do crescendo de dissidências, da volatilidade de propósitos e da inexistência de consensos mínimos num contexto de entropia, quanto de mercantilização das relações políticas que tornam as empreitadas de constituição de partidos uma aposta económica.

ignoradas. As práticas dos partidos acentuam a desinstitucionalização, o que tem como consequência principal a vulnerabilidade do sistema democrático do país, também prejudicado pelo deficitário financiamento público dos partidos¹⁸, que se transmuda numa ameaça à democracia¹⁹.

No texto **"Coalizão partidária na Guiné-Bissau: que leituras?"**²⁰ considera-se que, mesmo com recurso a expedientes inconstitucionais²¹, as coalizões têm como fim instrumental o rateio de recursos e de oportunidades – concretamente, pastas ministeriais – e a garantia de sobrevivência política.

Adota-se uma interpretação da ação política motivada pela busca por cargos como a mais adequada, também para explicar as coalizões na Guiné-Bissau, uma sociedade dominada pela classe militar dividida, onde os partidos se diferenciam pela sua estrutura social – provavelmente, pelos veios étnicos – e, por vezes, pela sua trajetória política.

Mais do que atidos ao bem nacional, os partidos²² têm um comportamento de fação, porquanto tentam subordinar os interesses do Estado aos seus interesses. Dada a debilidade económica do país, amiúde os partidos formam coalizões sem princípios como uma tentativa de manutenção no governo para resolver as suas demandas pessoais e partidárias.

Os cenários politicamente voláteis tornaram-se frequentes em múltiplas sociedades, pesando na configuração – porventura, dir-se-ia, na deliquescência ideológica e política – dos partidos.

Na Guiné-Bissau, arrolam-se como características dos partidos a falta de enraizamento ideológico, bem como de experiência política, além da sua subordinação a figuras, que agem como seus donos, tornando-os partidos personificados²³.

Alvitrar-se-ia que este quadro será mais notório nos partidos que se opõem ao PAIGC, mas não é clara uma demarcação entre este partido e os demais. Acrescentar-se-á que estas fragilidades são mais notórias quando estão na oposição.

Atentas as últimas mudanças no cenário político guineense, os partidos veem-se incapazes de lutar contra figuras no poder que não hesitam no recurso a atos de cariz autoritário e impolítico, mormente contra partidos mais representativos apeados do poder. Facilmente, a litigância passa a ser pessoalizada, hoje já sem a invocação de ideologias que a possam emoldurar. Resta a interpretação da democracia e do devido desempenho institucional, também reelaborados à luz de desideratos pessoais.

Grosso modo, e como fica dito no texto **"São Tomé e Príncipe: uma terra maldita para as oposições?"**²⁴, este é o panorama no arquipélago, onde o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe – partido histórico da independência, cujos valores ideológicos há muito se esfumaram – se tornou impotente perante a estratégia de poder arquitetada por Patrice Trovada, chefe do partido Ação Democrática Independente. Como tem demonstrado amiúde – até na forma algo sobranceira como abandonou o país após as eleições de 2018 –, Patrice Trovada tem uma

¹⁸ À guisa de um relatório, o texto termina com várias recomendações – como se de uma auditoria se tratasse – sobre a transparência do financiamento da atividade partidária para, entre outras consequências, evitar avassalar a soberania a interesses alheios ao país. É dito que a Guiné-Bissau precisa adotar uma regulamentação rigorosa e adequada às circunstâncias do país e exigir a prestação de contas aos partidos políticos através da cobrança dos relatórios financeiros após cada eleição.

¹⁹ Sem embargo do peso negativo do não financiamento público da atividade partidária, colmatado por financiamentos inescrutáveis, opináramos que a vulnerabilidade da democracia na Guiné-Bissau, e noutros países, não advém da necessidade de recurso a fundos indevidos. Advém, sim, do solapar de princípios pela acumulação de poder e de oportunidades, que se querem negadas a outrem. No limite, avar-se-á que todos – no poder e na oposição, no executivo ou no legislativo, personagens ou partidos – são oposição a todos.

²⁰ Texto de Paulo Anós Té, Policarpo Gomes Coamique (tradutor) e Ricardo Ossagô de Carvalho.

²¹ Tais passos colocam frente a frente atos inconstitucionais – ou, no mínimo, discricionários – dos mandantes e a resistência a tais atos. Por regra, o poder do chefe sobrepõe-se a argumentos sobre a constitucionalidade dos atos e a decisões emanadas, por exemplo, da instância parlamentar.

²² Não se poderia dizer se os partidos na Guiné-Bissau alimentaram o propósito de serem representativos de segmentos ou de interesses sociais. Alvitráramos que inicialmente, presumindo serem representativos, pretenderam conquistar o poder. Atualmente, não se exclui que os seus dirigentes queiram manter o poder, independentemente da sua representatividade político-social.

²³ Tal cenário não é exclusivo da Guiné-Bissau. Aliás, algumas das características de personalização encontram-se nos partidos mais antigos, supostamente veículos de um corpo de ideias e valores, mas subordinados a lideranças, as quais, embora pretextando e exigindo fidelidade a valores abstratos, não deixavam de se orientar pela competição pessoal. Nalguma medida, também eram partidos de um homem e, não raro, a coberto de lutas ideológicas, existiam sobretudo conflitos pela chefia dos partidos.

²⁴ Texto de Augusto Nascimento.

preclara noção do como e quanto pode, ou não, fazer para neutralizar politicamente a oposição. Beneficiando da facilidade de capturar uma micro sociedade insular – arregimentando pessoas e instituições –, Patrice Trovoada, que já conheceu revezes, as mais das vezes surpreendeu e desbaratou a oposição, cujas dificuldades são crescentes.

Onde começou uma tal dinâmica de corrosão e de perda das oposições? É ela uma herança do colonialismo? Seria interessante responder detalhadamente a tal questão. Aliás, importará indagar várias possibilidades, entre elas, a do desmonte das convicções ideológicas por quem as apregoava. Nessa esteira, valerá a pena atentar da contemporização, já após as independências, com a negação dos ideais então propalados. Do texto **"Claude Meillassoux em Moçambique: a propósito de uma carta a Marcelino dos Santos"**²⁵ ressalta que, à sobrançeria dos governantes voluntaristas recém-chegados ao poder, importavam pouco as consciências críticas até então mobilizadas para combater o colonialismo. Confiavam na sedução do processo revolucionário e no ganho de palavra resultante da sua vitória política, pelo que não se achavam talhados sequer para ponderar lucubrações de intelectuais. Precise-se, como a outros, também aos governantes de Moçambique pouco importavam os argumentos, mesmo os daqueles a quem tinham de reconhecer simpatia pela independência moçambicana e comunhão dos ideais que supostamente os norteavam.

Assim eram as declarações de intenções. Para o caso de Moçambique, ignorando Claude Meillassoux, Marcelino dos Santos – ou, com maior acerto, a Frelimo – almejava o desaparecimento da sociedade "tradicional". Para Marcelino dos Santos, o desenvolvimento económico era a condição *sine qua non* do surgimento de uma consciência nacional e da consequente "morte da tribo".

De certa forma, e quase que involuntariamente, Meillassoux postulou um "pessimismo do intelecto" perante o otimismo da vontade frelimista.

À luz da razão antropológica, dos seus métodos, contestou a consciência e o voluntarismo de um centralismo iminente. Em vão, como é sabido.

Igualmente sabido, após as independências, as vozes dos intelectuais seriam irrelevantes. O curso da história seria o aparentemente predito pelos que a tinham anunciado de antemão, pelo que eram ociosos os particularismos desfasados das sumárias certezas dos dirigentes. Assim, cabe registar a interrogação acerca da percepção das corrosivas implicações políticas do caminho trilhado pelo poder frelimista, que, na verdade, ignorava o povo em nome do qual falava.

Tal não terá escapado a Meillassoux... ainda que a Marcelino dos Santos também pouco importaria o que o antigo colega pudesse dizer. As certezas académicas forjadas em Paris eram subjugadas pela construção do "homem novo", um catecismo votado à prevenção de qualquer quebra da obediência. Não obstante, é possível que Meillassoux tenha permanecido amigo de Moçambique, dos seus diversos dirigentes... Porém, de alguma forma, isso negaria os pressupostos da prática antropológica, desqualificada por grosso e sem mais por aqueles que cuidariam sobretudo do seu poder pessoal, mesmo se em nome do povo, ironicamente composto, em grande, pelos camponeses. Em Moçambique e em África.

A finalizar, aduza-se que, meio século sobre as independências e sem embargo da diversidade de situações no continente, depois do falhanço no cumprimento das promessas de desenvolvimento, bem-estar e igualdade, não se augura nada de bom para a democracia. Evidentemente, tal não será de somenos. Por causa da democracia, mas, sobretudo, por causa das pessoas. Sem o direito à palavra – epitome da liberdade de pensamento, decepada após as independências – não existirão outros direitos.

Por enquanto, ainda que ameaçada, a palavra sobrevive.

²⁵ Texto de Lorenzo Macagno.

Referências

2023: UM ANO de golpes e golpadas na Guiné-Bissau. Deutsche Welle, Alemanha, 29 dez. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/2023-um-ano-de-golpes-e-golpadas-na-guiné-bissau/a-67855449>. Acesso em: 21 jul. 2024.

BUSSOTTI, L. Moçambique: o papel das eleições na "transição inversa" (2009-2019). Cadernos de Estudos Africanos, Lisboa, n. 45, p. 61-83, 2023.

NASCIMENTO, A. São Tomé e Príncipe: pelo trabalho, o homem novo e o socialismo contra os costumes da terra. Anuário antropológico, Brasília, v. 40, n. 1, p. 133-163, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/1496>. Acesso em: 21 jul. 2024.

V-DEM INSTITUTE. Democracy Report 2024. Democracy Winning and Losing at the Ballot. Gothenburg: University of Gothenburg, 2024. Disponível em: https://v-dem.net/documents/43/v-dem_dr2024_lowres.pdf. Acesso em: 21 jul. 2024.

Augusto Nascimento

Investigador com Agregação do Centro de História da Universidade de Lisboa, onde leciona e coordena projetos de publicação de fontes para a História de África. Autor de Poderes e quotidiano nas roças de S. Tomé e Príncipe; Desterro e contrato; O sul da diáspora; A misericórdia na voragem das ilhas; Entre o mundo e as ilhas; O fim do caminhu longi; Vidas de S. Tomé segundo vozes de Soncente; Atlas da Lusofonia. São Tomé e Príncipe; Histórias da Ilha do Príncipe; Desporto em vez de política no São Tomé e Príncipe colonial e São Tomé e Príncipe. As tramas da política e a emancipação do saber histórico. Principais áreas de interesse: história política contemporânea de África; desporto e lazer em África.

Luca Bussotti

Doutor em Sociologia do Desenvolvimento pela Universidade de Pisa, é Professor na Universidade Técnica de Moçambique. Foi investigador no ISCTE de Lisboa, Professor Associado Visitante na Universidade Federal de Pernambuco e na Universidade de Foggia e Macerata na Itália. Atualmente trabalha com questões ligadas à democracia em África, liberdade de imprensa e processos políticos no Sul Global.

Endereço para correspondência:

AUGUSTO NASCIMENTO

Centro de História da Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Alameda da Universidade, 1600-214, Lisboa, Portugal

LUCA BUSSOTTI

Rua Bom Pastor, 1505, 50670-260

Iputinga, Recife, Pernambuco, Brasil

Estes textos foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.